

ODA 13 DE MAIO NÃO PODE SER ESQUECIDO



Ernesto Curioso

Não é isso que os revisionistas históricos estão a fazer? Apagando ou deturpando os heróis nacionais do passado ou assassinando reputações do presente. Mudam até denotações de linguagem, substituindo o alçando vereadores de cultura incipientes conduzidos por outros, doutrinas e adestrados para o processo de desconstrução da sociedade tradicional. Inocentes úteis.

A venturosa lei, ainda que lamentavelmente tardia — clameda Lei Aurea por seu esplendor — teve magna importância e significado devidos às raízes da nacionalidade; frutos da miscigenação ditada pelo instinto e pelo amor, gerada na colonização, a vencer barreiras como a antropofagia e a compartilhar a fé cristã dentre os aborígenes e posteriormente com os africanos aqui aportados como escravos.

Abolição que supera a simples revogação da lei e se coduana com a consciência humana que abomina a prática de um costume registrado nas profundezas das civilizações onde os vencidos eram transformados em escravos quando não sacrificados, independentemente da cor da pele. Prevalência a lei do mais forte a subjugar os mais fracos.

Quando foi sancionada a Lei Imperial nº 3.353 - 13/05/1888, o Brasil tinha em torno de 15 milhões de habitantes, sendo libertos em torno de 700 mil escravos.

A destacar a tenacidade dos abolicionistas e pressão inglesa a escravatura foi gradualmente neutralizada pela legislação a partir de 1831 com a Lei Feijó, que proibia a importação de escravos, declarando-os livres. Com a Lei Eusébio de Queirós, a escravidão foi declinando e substituída no trabalho por imigrantes europeus.

A Lei do Ventre Livre /1871, san-

cionada pela princesa Isabel, declarou livres os filhos de escravos nascidos após aquela data. E em 1885 a Lei dos Sexagenários foi mais um passo na conquista da liberdade no dia 13 de maio que a sociedade não pôde olvidar como data histórica e significativo simbolismo no aperfeiçoamento interior de cada gente na incessante busca da igualdade, fraternidade que resulte no bem-estar de todos.

Nem olvidar os abolicionistas como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, Rui Barbosa, Castro Alves, etc. E a princesa Isabel como regente chancelando o ato.

Lembrar do Duque de Caxias que na pacificação alcançada na Revolução Farrapoilha em 1845 houve por bem patenter a liberdade concedida aos cativos que integraram as tropas dos farrapos, um gesto humanitário além da anistia concedida a todos.

Rememorar trecho da carta do Marechal Deodoro, presidente do Clube Militar (1887) enviada à Princesa Regente: "Senhora — Os oficiais... eles, que jamais negaram, em bem-vossas ordens, os maiores sacrifícios, esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados de captura de pobres negros que fogem à escravidão ou porque vivem já cansados de sofrer os horrores, ou porque um rairo de luz da liberdade lhe tenha aquecido o coração e iluminado a sala. Senhora! A Liberdade é o maior bem que possu-

imos sobre a terra..."

São páginas vivas da História. Devem ser perpetuadas nos livros, nas vias públicas, nos monumentos, nas catedrais, nas mentes...

Missão importante que cabe aos educadores e autores de livros didáticos divulgar nos fatos históricos, como ocorreram e à sociedade, em especial aos pais de alunos no ensino fundamental, fiscalizarem o que está sendo transmitido aos seus filhos. Não deixar que a ideologia preponderante e sub-repeticamente conspurque as tradições e enfraqueça a unidade nacional.

Resaltar que foi uma época obsoleta a perdurar por longo tempo no mundo. Mas, que no Brasil apesar da abolição mais tardia, a miscigenação ocorreu com muita amplitude diversamente de outras nações.

A citar que nos Estados Unidos, os escravos foram libertos em 1863 com posições confrontantes entre os estados do Sul e do Norte que resultou na Guerra da Secessão (1861/65) e cem anos depois, na década de 1960, havia resquícios nos ônibus divididos para brancos à frente e negros atrás. Igrejas, escolas e sanitários públicos específicos para cada grupo. Segregação imposta pelas instituições (vídeos). Mais as ações terroristas da Ku Klux Klan assassinando e incendiando.

Repudiar a pregação ideológica que no fundo propõe a rejeição da ascendência materna ou paterna, seja indígena, branca ou negra. É justo fazer isso com pai e mãe? Mexico é mexico. O Brasil é assim. Não à importação do "apartheid" pelos revisionistas. Necessitados, desassistidos, etc precisam de atenção do poder público independentemente da cor da pele, da religião...

<https://www.youtube.com/watch?v=ACF9A9afyc>

<https://www.youtube.com/watch?v=em108dmf>

*Coronel, Administrador, Membro da AHMTM



PRINCESA ISABEL

HONRA E GLÓRIA À PRIMEIRA MULHER CHEFE DE ESTADO NO BRASIL

Em três de setembro de 1843, a nau Constituição singrou as águas da Guanabara e aportou no Rio de Janeiro. Trazia ao Brasil Teresa Cristina de Bourbon, esposa de D. Pedro II, de cujo casamento nasceu, em 1846, no Paço de São Cristóvão, a carioca Isabel, aquela a quem o futuro consagrará como "A Redentora".¹¹¹

A Princesa Leopoldina, irmã mais nova de Isabel, faleceu em Viena em 1871, o que levou o Imperador e seu filho a Europa. Havia dito que "se não lhe dessem a lei que libertaria os escravos, preferia não voltar".¹¹² Eis o porquê de ter a Princesa Isabel assumido a Regência e prestado o respectivo juramento no Senado, em 20 de maio daquele ano.

Sua Alteza Imperial Regente tornou-se, naquele memorável dia, a primeira mulher Chefe de Estado no Brasil. Era uma monarquia parlamentar, com a Chefia de Governo exercida, então, pelo Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho de Ministros.

A História havia reservado à nossa primeira Chefe de Estado a honra e a glória de sancionar, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. Após sua assinatura, não nasceriam mais escravos no Brasil. Pedro Calmon registra: "a última das sessões em que se debatem o projeto ficou histórica, porque das galerias caíam flores e o ministro dos Estados Unidos recebeu algumas, dizendo que as mandaria para seu país, e a fim de vê-las em colcha, que faziam sob chuva de pétalas o que tanto sangue lhes custara..."¹¹³ Vicente T. Tapajós esclarece: "após a luta mais encarniçada de que se tem notícia nos anais parlamentares do Brasil, depois de haver feito nada menos de vinte e um dis-

curso, Silva Paranhos conseguiu apresentar à Princesa Isabel... a lei... que libertou todos os filhos de escravos que nascessem daquele dia em diante."¹¹⁴

Por dois outros períodos a Princesa voltaria a ser Regente, sem jamais inventar ser "regenta!" ou tentar impor-se por palavra extravagante na última flor do Lácio. Assumiu a responsabilidade de Chefe de Estado de 1876 a 1877, em virtude de

viagem do Imperador aos Estados Unidos; e de 1887 a 1889, quando D. Pedro II, enfermo, buscou curar-se na Europa. Em sua terceira regência seria definitivamente consagrada e entronizada nos corações dos brasileiros educados em famílias sadias, e seus prêmios em face do mérito, estudiosos e ciosos dos valores cristãos.

O abolicionismo encontrou em Sua Alteza Imperial o que Pedro Calmon chamou de suprema esperança!¹¹⁵ Severa embora exultantemente católica, externava coragem ante o tenso desafio enfrentado pela Nação e pelo Torão. Exemplos não faltam: em 12 de fevereiro de 1888 pôs-se à frente de uma batalha de flores, em Petrópolis, em prol da abolição; em 1886, impediu que a polícia atacasse um quilombo de negros fugidos, mantido pelo comerciante José de Seixas Magalhães, ato que ficou conhecido como episódio das camélias do Leblon.

A Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, é o ápice de sua glória de Chefe de Estado. Trata-se do diploma consagrado como a Lei Aurea, que a Princesa Imperial Regen-

te assinou com uma pena de ouro, cravejada de pedras preciosas, adquirida pelo povo, a Cr\$ 0,50 por pessoa.¹¹⁶ por proposta do Professor Luís Pedro Drago. "A cerimônia de assinatura, no Paço da Cidade, foi indescritível nos seus tons emocionantes, oradores deslumbrados, o povo a vitorear a "Redentora"; Patrocínio, de joelhos, a querer beijar os pés da Regente, e retórico, transfigurado:

"Minha alma sobe de joelhos nestes Paços!"¹¹⁷

O Papa Leão XIII concedeu-lhe a "Rosa de Ouro", condecoração oferecida pelo Sumo Pontífice como símbolo permanente de reverência, estima e afeição paterna a personalidades a quem se tribuam demonstrado essência de lealdade para com a Santa Sé. Que demonstração superior poderia ter sido dada por alguma brasileira até hoje?

Nossa primeira Chefe de Estado é também o bem da verdade, a segunda e a terceira mulher brasileira Chefe de Estado, posto que por três vezes distintas dirigiu os destinos da Nação e, em duas lutas, tomou decisões que se perpetuaram na História da Pátria.

Na Catedral de São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, repousam, desde 1971, Sua Alteza Imperial, Isabel, consorte do Conde de D'Eu, marechal do Exército, D. Pedro de Alcântara, Príncipe do Grão Pará, e sua es-

posa. Repousam naquele templo, desde 1939, seu pai D. Pedro II e D. Teresa Cristina!¹¹⁸ Oremos por todos eles, uns brasileiros muito lhes devemos. Oremos, em especial pela "Redentora", todos nós brasileiros brancos e negros, mulatos e índios, amarelos e mameucos. Oremos para que a cada 13 de maio sua memória seja condescendentemente louvada e exaltada. Oremos para que, por intercessão de São Pedro de Alcântara, Deus, velando pela paz e harmonia da Nação Brasileira, a nós e a nossos descendentes nos livre do venenoso odor racial que nos querem inocular.

Lembremos de que, em homenagem à Princesa, um monumento ergue-se frente à Princesinha do Mar, na avenida que leva seu nome, no Rio de Janeiro. Lembremos, também, que na mesma metrópole, a "Avenida 28 de Setembro" celebra a assinatura das leis do "Ventre Livre" e dos "Sexagenários".

Honremos e glorifiquemos a Princesa Isabel, a Regente e Redentora, primeira Chefe de Estado do Brasil.

* General de Exército / Prof. Emérito da ECEME, Comendador 21ª CCA, 4ª RMI/4DE, foi Chefe do DEPENDO/EC e Instruktur das principais Escolas de Formação

111 - Gilson, Nelson de Barros, 1983, p. 114-115. Rio de Janeiro: 1983. Conselho Nacional de Cultura. 112 - Il. Págoia 1778. 113 - Il. Págoia 1778. 114 - Souza, Vicente. Memórias do Brasil de São Pedro de Alcântara. 115 - "Organização Superior" (Edição: 1983, 1984 e 1985). 116 - Costa, João Francisco. História do Brasil. Rio de Janeiro, 1960. E. Brigante & Cia. Editores. Pág. 281. 117 - Gilson, Pedro, op. cit., p. 114. 118 - Souza, Vicente. História do Brasil. Rio de Janeiro, 1960. E. Brigante & Cia. Editores. Pág. 281. 119 - Souza, Vicente. História do Brasil. Rio de Janeiro, 1960. E. Brigante & Cia. Editores. Pág. 281. 120 - Souza, Vicente. História do Brasil. Rio de Janeiro, 1960. E. Brigante & Cia. Editores. Pág. 281.

NR: Ao homenagear-se a sua Princesa Isabel, também homenageamos, indiretamente, o Duque de Caxias, um ferrenho monarquista, cuja invicta espada defendeu o Império do Brasil por muitas décadas, mantendo-o uno e indivisível.



Paulo Cesar de Castro



Princesa Isabel